

MOÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS – 8 MARÇO 2012

Professores e Educadores contra a austeridade e o roubo aos trabalhadores

A nossa resposta é a luta

Com os PEC's Portugal ficou à beira do abismo, com o memorando da(s) troika(s) deu um passo em frente, e com o zelo de Passos Coelho e Vitor Gaspar a queda está a acelerar, tornando ainda mais difícil promover a recuperação do país.

Considerando:

- A acelerada degradação das condições de vida da generalidade da população, do aumento da exploração dos trabalhadores, das injustiças e do acentuado declínio económico;
- O agravamento do quadro recessivo em que a economia nacional foi mergulhada, que conduziu a que, só no 2.º semestre de 2011, se tenham perdido 157600 empregos e tenham desaparecido mais de 40 mil empresas;
- A assinatura do Pacto de Agressão pelo PS, PSD e CDS e as políticas económicas e sociais que ele integra estão a atirar o nosso País para uma profunda recessão que pode arrastar-se por vários anos, com graves consequências nos níveis de desemprego, no aumento da precariedade do trabalho, no aprofundamento do desequilíbrio na distribuição do rendimento, no aumento dos índices de pobreza e no agravamento das assimetrias regionais;
- O agravamento da exploração, assente no ataque aos rendimentos do trabalho e aos direitos dos trabalhadores, em benefício dos grupos económicos e financeiros o que liquida direitos, atinge as condições de vida das populações, privatiza funções sociais do Estado e arruína a produção nacional;
- A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, com o projeto de alteração do código do trabalho e da legislação laboral da administração pública;
- A ofensiva dirigida contra o direito à saúde dos portugueses, com aumentos incomportáveis nas taxas moderadoras, cortes brutais no financiamento do Serviço Nacional de Saúde e o encerramento de serviços de saúde;
- A ofensiva dirigida contra o direito à habitação, com a aprovação de uma lei dos despejos que lançará para a rua milhares de famílias, em particular as com menores rendimentos e os idosos;
- A ofensiva dirigida contra o poder local que compromete as condições de vida das populações e acentua o abandono e a desertificação de vastas áreas do País, através da liquidação de centenas de freguesias, a sua asfixia financeira e o seu empobrecimento democrático;
- A ofensiva dirigida contra o setor da justiça, com a nova ameaça de encerramento de tribunais que conduzirá ao agravamento das dificuldades de acesso das populações aos tribunais e à realização da justiça;
- A ofensiva de destruição de serviços públicos, designadamente correios, repartições de finanças e centros de emprego;

- A ofensiva dirigida contra o direito ao transporte público, com a redução da oferta, supressão de carreiras e linhas, aumentos inoportáveis no preço dos transportes e nos de títulos de acesso a estudantes e idosos;
- A ofensiva dirigida contra a Escola Pública e o Direito à Educação, traduzida, em dois anos, em cortes que irão ultrapassar largamente os dois milhões de euros, com consequências dramáticas em matérias que vão desde a eliminação de apoios sociais aos estudantes ao aumento dos horários de trabalho dos professores e o agravamento das condições de exercício da profissão, entre muitas outras de pelo menos equivalente gravidade.
- O aumento dos horários de trabalho dos professores e o agravamento das condições de exercício da profissão;
- As alterações da estrutura curricular em curso cujo único objetivo é eliminar 10.000 horários docentes;
- A legislação que está em preparação, incluindo um diploma sobre concursos que se vai traduzir em mais desemprego para os Contratados e instabilidade profissional e familiar também para muitos Quadros de Zona Pedagógica e até Quadros de Escola;
- O novo diploma sobre a gestão que fortalece o centralismo do MEC e a dependência dos diretores em relação ao ministério e aos poderes partidários autárquicos;
- A continuação da política de criação dos mega-agrupamentos, com o encerramento de muitas escolas e o aumento de alunos por turma.

Os Professores e Educadores reunidos em Assembleia Geral de Sócios do SPGL, no dia 8 de março de 2012, decidem:

1. Repudiar a continuação das políticas antissociais levadas a cabo pelos sucessivos governos e agravadas pela aplicação do memorando da troika estrangeira e pelo zelo excessivo do governo PSD/CDS;
2. Mobilizar os professores, nas escolas, e sensibilizar todos os trabalhadores para a gravidade da situação política e económica, esclarecendo a importância do combate à exploração do trabalho e contra o empobrecimento generalizado da população;
3. Participar na Greve Geral de dia 22 de março, distribuindo propaganda, participando ativamente nos piquetes de greve que vierem a ser organizados e nas ações de rua que a CGTP venha a organizar no próprio dia da Greve, dando-lhe visibilidade e projeção social.

VIVA O SPGL

VIVA O MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO

VIVA A CGTP

VIVA A GREVE GERAL

Subscritores:

Francisco José Santana Nunes dos Santos - sócio nº 32628
 Carla Maria Emirene Leão Fernandes – sócia nº 71865
 Rogério Borges Pereira Mota – sócio nº 1383
 Maria Júlia dos Santos Freire – sócia nº 32874
 Ana Maria Ribeiro Pimenta Silveiro Noël de Araújo – sócia nº 45145
 Maria Teresa Lopes de Oliveira – sócia nº 46883
 Maria Alice Morais Valente Figueira – sócia nº 40352
 João Domingos Rato Viegas – sócio nº 19046
 Ana Maria Rodrigues Rebelo da Silva – sócia nº 26413
 Rui Capão Andrade – sócio nº 21412
 José António Alves Coelho – sócio nº 25659
 Eurico Manuel Bentes Sequeira – sócio nº 47082
 Maria da Conceição Borges Cabral – sócia nº 27660
 Fernando Martins Ferreira – sócio nº 73089
 Cacilda da Silva e Costa – sócia nº 40076
 Susana Maria Seixas Alves de Matos – sócia nº 61178
 José Fontan Forte da Silva – sócio nº 20844